



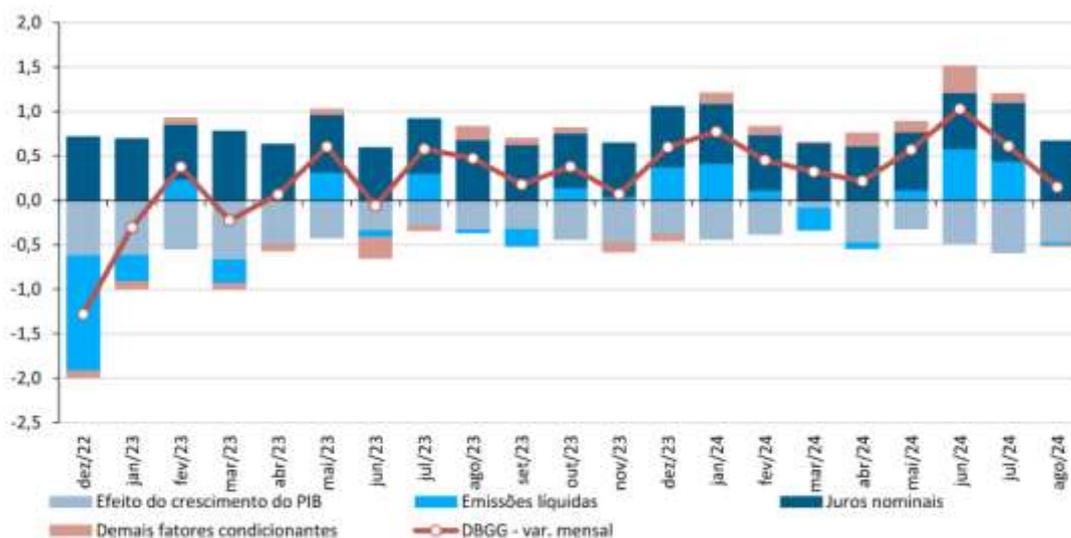
O Brasil precisa superar o dilema austeridade fiscal *versus* política social

A comunidade acadêmica e científica, representada pelas nove entidades integrantes da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento Brasileiro (ICTP.Br), manifesta-se contrariamente a qualquer proposta de ajuste fiscal que comprometa políticas sociais do governo federal ou promova desvinculações constitucionais.

O país não pode retroceder nas conquistas da Constituição Cidadã de 1988, que garantem direitos fundamentais a uma grande parcela da população, ainda carente de compensações para assegurar um mínimo de bem-estar social. A busca pelo equilíbrio nas finanças públicas é sempre uma medida de bom senso e interesse nacional. No entanto, é essencial que quaisquer ajustes sejam implementados de forma a preservar direitos e proteger as parcelas mais vulneráveis da sociedade.

O Brasil está entre os países que mais gastam com os encargos de sua dívida pública. Conforme mostrado no gráfico abaixo, extraído do Relatório de Acompanhamento Fiscal do Senado Federal, a despesa com juros é o principal fator responsável pelo aumento da dívida pública brasileira. Segundo o relatório, "a despesa de juros, que havia contribuído para um aumento de 5,5 p.p. do PIB em 2021 e de 7,3 p.p. em 2022, ampliou sua contribuição para 7,5 p.p. em 2023 e, no acumulado dos primeiros oito meses de 2024, já teve um impacto de 5,2 p.p. do PIB sobre o endividamento bruto.

Evolução mensal dos condicionantes da Dívida Bruta do Governo Geral (% PIB)



Fonte: Banco Central. Elaboração: IFL.



Somente em 2024, cerca de R\$ 870 bilhões do orçamento do governo federal serão destinados ao pagamento de juros sobre uma dívida pública que representa aproximadamente 80% do PIB. Embora essa relação dívida/PIB seja relativamente baixa em comparação aos padrões internacionais, a dívida brasileira apresenta prazos de rolagem muito curtos.

A alternativa mais eficaz para realizar o ajuste fiscal é estimular o crescimento econômico, fortalecer o ambiente institucional, expandir a base tributária sobre rendas e patrimônios elevados e investir em ciência, tecnologia e inovação. Dessa forma, poderemos construir um país com melhores oportunidades de emprego, mais competitivo, com maiores possibilidades de arrecadação fiscal e equilíbrio fiscal. Para alcançar esses objetivos, a política monetária e o combate à inflação devem considerar de forma mais realista as condições estruturais do país; caso contrário, continuaremos a arcar com algumas das maiores taxas de juros do mundo, o que causa sérios danos às finanças públicas e ameaça as políticas sociais no Brasil.

Brasil, 11 de novembro de 2024.

Academia Brasileira de Ciências (**ABC**); Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (**Abrium**); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (**Andifes**); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (**Confap**); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (**Confies**); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (**Conif**); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (**Consecti**); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas & Sustentáveis (**Ibrachics**); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**).